

<div><div><div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS</div></div>		Matriz de Achados		Processo: 00600-00000342/2023-56				
Objeto do Trabalho: Auditoria de recursos externos para avaliação das demonstrações financeiras do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF, objeto do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR. Exercício de 2022.								
Objetivo Geral: Emitir parecer profissional de auditores independentes relativo ao exercício de 2022, sobre as informações financeiras e operacionais exigidas pelo BID, os registros contábeis, a documentação de apoio relacionada a gastos, o exame dos processos de aquisição de bens e contratação de obras e serviços, a utilização dos recursos do Programa, tendo como base a avaliação dos controles internos relevantes para os referidos exames, em conformidade com os termos e condições do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR.								
QA 1: As demonstrações financeiras do PROCIDADES relativas ao exercício 2022 refletem razoavelmente a situação das ações executadas pelo DF no âmbito do Contrato de Empréstimo nº BID 2957/OC-BR abrangendo os recursos fornecidos pelo BID, bem como recursos da contrapartida local, se for o caso?								
Ref	Achados de Auditoria	Critérios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
1.1	Achado sobre a análise promovida no Contrato nº 46.176/2022, cujo objeto foi a contratação, por meio de Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC, de empresa para executar serviços de elaboração e desenvolvimento de marketing digital.	1.4.1 - Art. 6.03 do Contrato de Empréstimo 2957/OC-BR.	<p>A.1 - A Cláusula 4.01(c) das Disposições Especiais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que, abaixo do valor contratual de U\$ 5.000.000,00, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.</p> <p>Por sua vez, o Plano de Aquisições – PA aprovado pelo BID traz o método de seleção de todos os bens e serviços de consultoria constantes do Procidades/DF. Em referido PA, foi estabelecido o método de Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC para o objeto “Plano de Marketing para o Programa de Atração de Investimento”, o qual foi selecionado nesta auditoria para ser verificado.</p> <p>Vale dizer que o referido método se encontra disciplinado pela GN-2350-9 (Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento) .</p> <p>Com vistas à realização de verificações quanto à aderência das contratações feitas no Procidades/DF à GN 2350-9, foi selecionado o Processo nº 00370-00002746/2020-10 , Contrato nº 46.176/2022, cujo objeto foi a contratação, por meio de Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC, de empresa para executar serviços de elaboração e desenvolvimento de marketing digital, no que tange especialmente à política pública de Atração de Investimentos, dentro do Portal Mais Capital, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE/DF, cujo valor contratado foi de R\$ 1.464.840,00 .</p> <p>Vale dizer que também foram analisados os Processos nos 00370-0000037/2022-61 e 00370-00001990/2021-46 , relativos a aspectos de publicação e análise das manifestações de interesse concernentes à seleção que precedeu o Contrato nº 46.176/2022.</p> <p>Com base nas disposições da GN 2350-9, acerca do método SBQC, foi elaborado checklist, baseado em modelos de auditorias de recursos externos anteriores, a fim de estruturar as verificações a serem então realizadas no processo de licitação e contratação supracitado.</p> <p>Dessa forma, entre as normas da GN-2350-9 avaliadas, foram identificadas as seguintes impropriedades:</p> <p>- Cláusula 2.5 GN 2350-9: “[...] Adicionalmente, os contratos com custo estimado em mais de US\$ 200.000 deverão ser publicados no UNDB online e no site do Banco. Os Mutuários poderão, também, divulgar tais solicitações de manifestação de interesse em jornal internacional ou revista técnica. As informações solicitadas deverão limitar-se ao mínimo necessário a fim de garantir a determinação de adequação da empresa com respeito ao objeto, não devendo ser solicitadas informações complexas a ponto de desestimular consultores a manifestar interesse. No mínimo 14 dias, contados da data de publicação no UNDB online, deverão ser dados para a elaboração das respostas, antes da preparação da lista curta.”</p> <p>- Situação Encontrada: Não foi comprovada a publicação do Aviso Geral de Aquisições no UNDB online e no site do banco.</p> <p>Não foi cumprido o prazo mínimo de 14 dias, contados da data de publicação do último meio de divulgação utilizado para a elaboração e apresentação das respostas, antes da preparação da lista curta. De fato, A solicitação de publicação do aviso de Manifestação de interesse é de 1/12/2021 (DA 51.8), sendo essa data a última atualização do sítio em que está publicado o aviso (<a href="https://www.sde.df.gov.br/manifestacao-de-interesse-servicos-de-consultoria-001-2021/">https://www.sde.df.gov.br/manifestacao-de-interesse-servicos-de-consultoria-001-2021/</a>). No entanto, o aviso publicado no sítio informa sobre a data final de apresentação de propostas em 13/12/2021 (menos de 14 dias).</p> <p>Ademais, não foram localizadas as publicações em Diário Oficial e UNDB - on line, necessário para valor igual ou superior a 200 mil.</p> <p>- MA pg. 44: O Orçamento estimado é compatível ao valor previsto no Plano de Aquisições.</p> <p>- Situação Encontrada: O Plano de Aquisições inserido nos autos prevê que o orçamento disponível é de R\$ 1.200.000,00, enquanto a SDP prevê que o orçamento disponível é de R\$ 1.389.192,89 e o termo de adjudicação homologa o processo licitatório no valor de R\$ 1.464.840,00. Contudo, apesar de não ter sido inserido nos autos da licitação, existe um plano de aquisições nº 20 – PA 20 mais atualizado (DA27.04.11, página 3) e um relatório semestral nº 16 de agosto de 2022 (DA27.05.03, página 12), com valor exato de R\$ 1.464.840,00. O BID aprovou o PA 20 por meio da O-CSC/CBR-1679/2022 (DA27.05.01, página 3).</p> <p>- Cláusula 2.7 GN 2350-9: “A lista curta poderá conter nomes de consultores exclusivamente nacionais, se o serviço estiver abaixo do limite (ou limites) estabelecido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, se houver um número suficiente de empresas qualificadas capaz de propiciar uma lista curta com preços competitivos, e quando a competição incluindo consultores estrangeiros não se justifique, em princípio, ou quando consultores estrangeiros não tenham manifestado interesse.”</p> <p>- Situação Encontrada: A lista curta tem apenas 3 empresas. Contudo, tiveram manifestação de 7, sendo 4 delas desclassificadas.</p> <p>- Cláusulas 2.15 a 2.17 GN 2350-9: “Os pesos atribuídos à qualidade na IAC</p>	C . 1 - Aplicação de entendimento errôneo acerca da GN-2350-9, no que tange às cláusulas aplicáveis ao método SBQC. ( A.1 )	E . 1 - Assimetria de informação entre o BID e o mutuário. Dificuldades para que o BID acompanhe concomitantemente a aplicação dos recursos, caso entenda necessário. ( A.1 ) E.2 - Falhas na transparência conferida aos processos de seleção relativos aos normativos específicos do BID com possível redução da competitividade dessas seleções. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"><li>Recomendar à SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e ao SEDET/GAB - Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>Recomendamos à UGP/Procidades/DF que, doravante, observe estritamente a GN-2350-9, o Manual de Aquisições do Executor (BID) e demais normas correlatas à seleção e contratação. ( C.1; E.1; E.2; A.1; )</li></ul></li></ul>	1. Processos de seleção mais aderentes aos normativos aplicáveis. 2. Maior competitividade e transparência nos processos de seleção relativos aos normativos específicos do BID.	1.4

			<p>seguiram as diretrizes dos itens 2.15 a 2.17 da GN 2350-9, em especial: c) qualificação (c.1 - qualificações gerais, c.2 - adequação para o serviço e c.3 - experiência na região) do pessoal-chave proposto (30 a 60 pontos, mais perto dos 60 pontos para serviços mais complexos).”</p> <p>- Situação Encontrada: Está previsto item sobre a equipe, com a qualificação necessária e anos de experiência, contudo, a pontuação chega até 5 pontos para o quesito.</p> <p>- Cláusula 2.13 GN 2350-9: “O Mutuário deverá proporcionar aos consultores tempo suficiente para a elaboração das propostas. O prazo proporcionado dependerá do serviço, mas normalmente será de não menos de quatro semanas ou mais de três meses (por exemplo: para tarefas que requeiram a definição de metodologia sofisticada, a elaboração de plano mestre multidisciplinar). Durante este intervalo, as empresas poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, a respeito das informações contidas na SDP. Os envelopes técnicos serão abertos imediatamente por comissão formada por funcionários dos departamentos competentes (...), após o encerramento do prazo de entrega das propostas.”</p> <p>- Situação Encontrada: Em 25/01/2022 foram enviadas as correspondências eletrônicas aos integrantes da lista curta, contendo os documentos da SDP. O prazo de entrega das propostas foi estipulado em 09/02/2022, ou seja, menos de 4 semanas. De acordo com o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação nº 2/2022-SDE/GAB/CLICIT (DA23.118), as propostas técnicas foram abertas em 09/02/2023. Contudo, não tem ata de abertura e não foi juntada a proposta da GG, apesar de ter sido avaliada.</p> <p>- MA pg. 45: A proposta foi avaliada por, no mínimo, três pessoas, incluindo um técnico especialista no tema/objeto?</p> <p>- Situação Encontrada: As propostas técnicas encaminhadas foram avaliadas por apenas uma pessoa, o Presidente da Comissão de Licitação. Também não há informações de que o responsável pela avaliação seja técnico especialista no tema/objeto.</p> <p>- Cláusula 2.28 GN 2350-9: “Após a adjudicação do contrato, o Mutuário deverá publicar no UNDB online, no site do Banco e, se for o caso, no site oficial do país do Mutuário a seguinte informação: (a) os nomes de todos os consultores que apresentaram propostas; (b) as notas técnicas atribuídas a cada consultor; (c) os preços avaliados de cada consultor; (d) a classificação final dos consultores; e (e) o nome do consultor vencedor, preço, prazo e resumo do objeto do contrato. A mesma informação deverá ser enviada a todos os consultores que apresentaram propostas.”</p> <p>- Situação Encontrada: Não consta no processo documentação comprobatória de publicação no UNDB. Tampouco publicação com notas de cada consultor, preços, classificação final, etc. Apenas há a publicação do extrato do contrato (DODF nº 155, 17/08/2022).</p> <p>Depreende-se das impropriedades identificadas que as falhas detectadas se relacionam à publicidade de procedimentos de seleção junto ao BID, bem como assuntos que deveriam ser aferidos e cumpridos no processo de seleção (como na avaliação das propostas por comissão de 3 pessoas, sendo um deles especialista no assunto).</p> <p>Todavia, reconhecemos que as impropriedades detectadas podem ser consideradas como formais, não tendo o condão de macular a lisura do certame e/ou da contratação. Não obstante devem, doravante, ser saneadas.</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

1.2	Bens com localização diversa da constante no SISGEPAT, assim como bens não encontrados e alguns que, ainda, não estão em utilização.	1.2.1 - Art. 6.02 do Contrato de Empréstimo 2957/OC-BR.	<p>A.1 - Em conferência in loco dos 24 bens amostrados, dentre os adquiridos com recursos do Procidades/DF em 2022, os quais totalizaram R\$ R\$ 47.136,06, não foram encontrados 4 equipamentos, sendo eles dois gaveteiros (tombamentos 1624789 e 1624794), uma mesa em L (tombamento 1624765) e um microondas (tombamento 16244761). Vale ressaltar que foram observados na visita alguns bens que correspondiam à descrição dos itens não localizados, sendo eles a mesa em L, o gaveteiro (tombamento 1624789) e o microondas, sendo indicado pela equipe de Patrimônio que se tratava dos bens amostrados. Entretanto, por não ser possível afirmar que eram os bens selecionados, não foram considerados.</p> <p>A justificativa dada pela Gerência de Patrimônio -GEPAT para os bens sem a devida identificação foi a fragilidade das etiquetas e, também, o fato de algumas vezes serem afixadas no plástico protetor, o que acaba fazendo com que sejam descartadas quando o plástico é retirado para a utilização do mobiliário.</p> <p>Além disso, foram encontrados 14 bens em localização diversa da cadastrada na listagem retirada do SISGEPAT encaminhada pela Secretaria, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 10 webcams (tombamentos 1624240, 1624267, 1624225, 1624260, 1624450, 1624264, 1624223, 1624268, 1624224 e 1624263);</li><li>- 2 armários baixos (tombamentos 1624801 e 1624799);</li><li>- 1 gaveteiro volante (tombamento 1624785);</li><li>- 1 impressora multifuncional (tombamento 1572438).</li></ul> <p>Cumprе destacar que, no ano de 2022, foram adquiridas sessenta webcams, que ainda não foram colocadas em uso, tendo em vista a alteração na estrutura organizacional. Assim, de acordo com a GEPAT, não foi possível alocar responsáveis para a utilização do material. Por conseguinte, todas encontram-se sob a gestão da equipe de Patrimônio.</p> <p>O Memorando nº 4/2023, presente no Processo SEI nº 04035-00000421/2023-71 , trata da gestão e controle de Bens Móveis das secretarias envolvidas na mudança de estrutura organizacional e relatou as dificuldades enfrentadas pela equipe:</p> <p>“Para tanto, é oportuno destacar que, esta Gerência de Controle Patrimonial está buscando a integralização das informações e/ou atividades da gerência pertencente à estrutura da SDE desde a data de 03/01/2023. Neste sentido, o processo de unificação das informações e cargas patrimoniais envolvendo às secretarias anteriores, das quais resultaram nesta agora SEDET, tem exigido além da pesquisa e busca de informações no sistema SIGESPAT, a interação com os servidores que foram exonerados em virtude do processo de unificação das secretarias.”</p> <p>Os demais bens vistoriados foram localizados nos locais indicados e os registros constantes do Sisgepat se encontravam atualizados, conforme os dados enviados inicialmente para os auditores (PT 25 e PT30).</p>	<p>C . 1 - Falhas nos procedimentos de conferência e de atualização da localização dos bens com os dados do sistema de guarda (Sisgepat) e morosidade na mudança e na atribuição de responsabilidades do mobiliário da sede, tendo em vista a alteração recente na estrutura organizacional. ( A.1 )</p> <p>C.2 - Falhas no procedimento de etiquetagem do tombamento dos bens. ( A.1 )</p>	E.1 - As falhas identificadas dificultam a localização dos bens e os expõem ao risco de extravio. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomendar à SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e ao SEDET/GAB - Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Recomenda-se à UGP/Procidades-DF o aprimoramento de controles que assegurem a conformidade da localização dos bens com o registro constante no sistema de guarda (Sisgepat) e o aprimoramento de controles que garantam a celeridade no processo de atribuição da responsabilidade setorial de cada bem. ( C.1; E.1; A.1; )</li><li>◦ Recomenda-se à UGP/Procidades-DF o acompanhamento e revisão da fixação do adesivo com o registro do tombamento. ( C.2; E.1; A.1; )</li></ul></li></ul>	1. Maior fidedignidade dos registros relativos a bens adquiridos no âmbito do Programa Procidades/DF. 2. Maior eficiência na alocação dos bens e menor risco de extravio.	1.2
1.3	Falhas nos processos de pagamento relativos aos contratos firmados em 2021 com recursos do Procidades/DF .	1.5.1 - Cláusulas diversas do Contrato de Empréstimo 2957/OC-BR	<p>A.1 - As despesas informadas ao BID em solicitações de desembolso devem guardar correspondência com o valor registrado em nota fiscal ou documento afim, bem assim com o valor registrado nos relatórios circunstanciados dos executores de contrato e respectivas ordens de pagamentos.</p> <p>Além disso, tem-se como cláusula padrão dos contratos analisados o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento dos gastos do consultor.</p> <p>Após Amostragem por Unidades Monetárias – AUM feita nos pagamentos realizados em 2022 com recursos do Procidades/DF (PT 17), foram analisadas as Notas Fiscais por meio de checklist padronizado (PT 46). Após essa verificação, foram constatadas as seguintes irregularidades:</p> <p>As Notas Ficais 600, 598, 599, 371 e 1082 do Contrato nº 38.218/2018 somam R\$ 1.054.534,66, porém o Atesto n.º 20/2022 - SDE/GAB/CEC38218/2018 (Doc SEI 94216517) R\$ 1.054.538,66, o que gera um valor pago a maior de R\$ 4,00.</p> <p>Além disso, não consta Relatório Circunstanciado sobre as Notas Fiscais 519, 520 e 521 da VERY TECNOLOGIA LTDA contrato nº 40.885/2020 no processo de pagamento.</p> <p>Ainda, não se localizou o pagamento dos impostos relativos à Nota Fiscal nº 362 do Contrato nº 11/2019 SODF firmado com a empresa TVA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.</p> <p>Por fim, constatou-se atraso no pagamento (mais de 30 dias após a data do atesto) das seguintes notas fiscais: 323, 322, 310, 309 e 308, relativas ao Contrato nº 40.885/2020 com a VERY TECNOLOGIA LTDA.</p>	<p>C . 1 - Deficiências nos procedimentos de pagamento do Mutuário. ( A.1 )</p> <p>C . 2 - Falhas na tempestividade dos procedimentos de pagamento do Mutuário, tendo em vista que essas despesas correram à conta de recursos do BID, que não sofreram contingenciamento financeiro. ( A.1 )</p>	E.1 - Falta de transparência na apresentação dos principais documentos dos processos de pagamentos. ( A.1 ) E.2 - Potencial aumento de despesa decorrente de juros e atualização monetária por ocasião dos atrasos e até judicialização da questão por parte das contratadas. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomendar à SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e ao SEDET/GAB - Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades/DF que revise os processos de pagamentos a fim de que apresentem no mínimo os principais documentos comprobatórios. ( C.1; E.1; A.1; )</li><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades/DF que observe estritamente os prazos para pagamento das faturas dos contratos em execução. ( C.2; E.2; A.1; )</li></ul></li></ul>	1. Aprimoramento dos controles internos relativos ao andamento dos processos de pagamento.	1.5

1.4	Não foi cumprida na íntegra, para o exercício de 2022, a Cláusula 4.04 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR e o artigo 6.03 – Segunda Parte (Normas Gerais).	1.6.1 - Cláusulas do Contrato de Empréstimo 2957/OC-BR	A.1 - Indicamos que não foi cumprida na íntegra, para o exercício de 2022, a Cláusula 4.04 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR e o artigo 6.03 – Segunda Parte (Normas Gerais), conforme exposto nos achados nos 01 e 02, bem como nos Comentários e Observações Gerais sobre os registros contábeis, Sistemas e Controles que foram examinados no decurso da auditoria do Relatório Complementar dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras.	C . 1 - Deficiências nos procedimentos de pagamento do Mutuário. ( A.1 ) C . 2 - Falhas na tempestividade dos procedimentos de pagamento do Mutuário, tendo em vista que essas despesas correram à conta de recursos do BID, que não sofreram contingenciamento financeiro. ( A.1 ) C . 3 - Falhas nos procedimentos de conferência e de atualização da localização dos bens com os dados do sistema de guarda (Sisgepat) e morosidade na mudança e na atribuição de responsabilidades do mobiliário da sede, tendo em vista a alteração recente na estrutura organizacional. ( A.1 ) C.4 - Falhas no procedimento de etiquetagem do tombamento dos bens. ( A.1 )	E.1 - Falta de transparência na apresentação dos principais documentos dos processos de pagamentos. ( A.1 ) E.2 - Potencial aumento de despesa decorrente de juros e atualização monetária por ocasião dos atrasos e até judicialização da questão por parte das contratadas. ( A.1 ) E.3 - As falhas identificadas dificultam a localização dos bens e os expõem ao risco de extravio. ( A.1 )	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomendar à SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e ao SEDET/GAB - Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades/DF que revise os processos de pagamentos a fim de que apresentem no mínimo os principais documentos comprobatórios. ( C.1; )</li><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades/DF que observe estritamente os prazos para pagamento das faturas dos contratos em execução. ( C.2; )</li><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades-DF o aprimoramento de controles que assegurem a conformidade da localização dos bens com o registro constante no sistema de guarda (Sisgepat) e o aprimoramento de controles que garantam a celeridade no processo de atribuição da responsabilidade setorial de cada bem. ( C.3; )</li><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades-DF o acompanhamento e revisão da fixação do adesivo com o registro do tombamento. ( C.4; )</li></ul></li></ul>	1. Aprimoramento dos controles internos relativos ao andamento dos processos de pagamento. 2. Maior fidedignidade dos registros relativos a bens adquiridos no âmbito do Programa Procidades/DF. 3. Maior eficiência na alocação dos bens e menor risco de extravio.	1.6
C.1.1	As demonstrações financeiras elaboradas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, por intermédio da UGP/Procidades/DF, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, expressas em reais e em dólares estadunidenses apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 e os investimentos acumulados do Procidades/DF em 31 de dezembro de 2022.	1.1.1 - Arts. 5.03 e 7.04, alíneas "a" e "b" do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR.	A.1 - Examinamos as demonstrações financeiras anexas, elaboradas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, por intermédio da UGP/Procidades/DF, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, expressas em reais e em dólares estadunidenses, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, relativas ao Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com aportes do Governo do Distrito Federal, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.03 das Disposições Especiais do referido Contrato de Empréstimo.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 e os investimentos acumulados do Procidades/DF em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com o critério contábil de caixa e a unidade monetária utilizada descritos no item 2 das Notas Explicativas.					1.1
C.1.2	Controles Internos Revisados sem irregularidades.	1.3.1 - Art. 7.01 do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR.	A.1 - Não foram constatadas irregularidades capazes de ensejar achados de auditoria. De fato, a situação dos controles internos do Procidades pouco evoluiu desde a auditoria anterior (conforme PT 15).					1.3

Outros Achados							
Ref	Achados de Auditoria	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
1	Irregularidades apontadas no Contrato nº 41.049/2020 – implantação de linha de alimentação da Área de Desenvolvimento Econômico do Polo JK.	1 -	<p>A.1 - O Relatório Prévio de Auditoria, objeto do Processo 00600-00000752/2023-05, apresentou achados (irregularidades) na celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 41.049/2020, firmado com a Empresa Brasil Construções e Montagens LTDA. (BCM ENGENHARIA). Um dos achados foi o acréscimo de itens contratuais em quantidade superior ao estritamente necessário para execução das modificações de projeto, resultando em valores pagos a maior de R\$ 1.549.378,26 (Achado 1). O achado referido utilizou como critério os Princípios da razoabilidade e economicidade e o Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário.</p> <p>Foi considerado irregular o aditivo contratual de majoração de “administração local” e de “assessoria técnica do projeto executivo para elaboração do ‘as built’ durante a execução da obra” na proporção de 8 meses, resultando em prejuízo ao erário de R\$ 1.549.378,26.</p> <p>A.2 - O Relatório Prévio de Auditoria, objeto do Processo 00600-00000752/2023-05, apresentou achados (irregularidades) na celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 41.049/2020, firmado com a Empresa Brasil Construções e Montagens LTDA. (BCM ENGENHARIA). Outro achado foi o pagamento de mão de obra posta à disposição durante a paralisação da obra (Achado 2). Esse achado, também, utilizou como critério os Princípios da razoabilidade e economicidade e o Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário.</p> <p>Concluiu-se que não cabe a cobrança dos custos de mobilização e desmobilização como efeito da paralização temporária dos serviços da obra, bem como referente à disponibilidade de mão de obra, sendo necessária a devolução dos valores aditivados indevidamente, no montante de R\$ 477.438,52.</p> <p>A.3 - O Relatório Prévio de Auditoria, objeto do Processo 00600-00000752/2023-05, apresentou achados (irregularidades) na celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 41.049/2020, firmado com a Empresa Brasil Construções e Montagens LTDA. (BCM ENGENHARIA). Um dos achados foi a concessão irregular de reequilíbrio econômico-financeiro, em razão de a Administração não apresentar quantificação própria da onerosidade excessiva ao contrato (Achado 3).</p> <p>Considerou como critério o fato da onerosidade excessiva ocorrer quando fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, alteram o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e, por isto, é um requisito essencial para a sua realização. E, ainda, é fundamental que a Administração faça verificação da existência de onerosidade excessiva para poder avaliar a necessidade de realizar o Reequilíbrio Econômico-Financeiro – REF contratual e definir de forma cuidadosa e criteriosa os valores para sua realização.</p> <p>Apontou-se que a análise de REF apresentada pela comissão executora foi na prática fornecida pela empresa contratada, que possui notável conflito de interesse em relação à Administração, uma vez que as partes se encontram em lados opostos da relação contratual, e não constitui documento apto à quantificação dos efeitos que extrapolam as condições iniciais de equilíbrio do contrato.</p>	<p>C.1 - Ausência de análise sobre a compatibilidade entre a alteração do projeto e a necessidade de dilação do prazo com custos para a administração. ( A.1 )</p> <p>C.2 - Ausência de uma avaliação adequada quanto à vantajosidade da manutenção das equipes de trabalho à disposição em detrimento da realização de desmobilização e nova mobilização sem custos para a Administração. ( A.2 )</p> <p>C . 3 - Ausência de análise da quantificação dos efeitos que extrapolam as condições iniciais de equilíbrio do contrato por parte da comissão executora, com o uso dos sistemas referenciais de preços da Neoenergia. ( A.3 )</p> <p>C . 4 - Adoção da quantificação do REF realizado pela empresa contratada. ( A.3 )</p> <p>C . 5 - A não aplicação do percentual do desconto inicial ofertado pela empresa contratada à precificação adequada do REF para a manutenção das condições contratuais iniciais. ( A.3 )</p>	<p>E . 1 - Dano ao erário de R\$ 1.549.378,26. ( A.1 )</p> <p>E . 2 - Dano ao erário de R\$ 477.438,52. ( A.2 )</p> <p>E.3 - Possível dano ao erário. ( A.3 )</p>	<p>• Recomendar à SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e ao SEDET/GAB - Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>◦ Recomendamos à UGP/Procidades/DF que informe essa incerteza nas Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Financeiras do Programa Procidades/DF ( C.1; C.2; C.3; C.4; C.5; E.1; E.2; E.3; A.1; A.2; A.3; )</li></ul>	<p>1. O benefício esperado é o de dar transparência a riscos que podem afetar as Demonstrações Financeiras do Programa.</p>

Data de Elaboração: 05/04/2023 18:20:01 / Elaborado por: Carlos Alberto Cascão Junior, Gabriel De Oliveira Reges (Coordenador), Diogo Dos Santos Coelho, Fabrício Bianco Abreu, Larissa Vieira Silva / Supervisor: Diogo Dos Santos Coelho.